



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO Nº                   , DE 2016**  
**(Do Sr. Paulo Azi)**

*Requer, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISICÃO à Procuradoria-Geral da República, referentes aos achados nas mensagens telefônicas de Léo Pinheiro, no âmbito das investigações da Lava Jato.*

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 3º da Constituição Federal; e nos arts. 2º, da Lei nº 1.579, de 1952, e 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que esta CPI, criada “*investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes*”, submeta à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de REQUISICÃO do compartilhamento dos dados e informações constantes do relatório da Polícia Federal, à Procuradoria-Geral da República, referentes aos achados nas mensagens telefônicas obtidas no celular do ex-presidente da OAS José Adelmário Pinheiro Filho, o Léo Pinheiro, no âmbito das investigações da Lava Jato.

**JUSTIFICAÇÃO**

Conforme já divulgado pela imprensa, a Polícia Federal encaminhou um relatório de cerca de 600 páginas à Procuradoria-Geral da República sobre os principais achados nas mensagens telefônicas de Léo Pinheiro, que mantinha proximidade com políticos do alto escalão da República.

As conversas obtidas no celular de Léo Pinheiro mostram suposta atuação do atual ministro da Casa Civil, Jaques Wagner na intermediação de negócios entre a empreiteira e fundos de pensão.

O Estadão, em 10/01/2016, noticiou em sua reportagem que “Os diálogos indicam, por exemplo, que o então governador da Bahia teria ajudado a OAS na liberação de recursos do governo federal. Ele também teria intermediado o financiamento de campanhas municipais em



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Salvador em 2012, no período em que esteve no governo estadual. Os investigadores identificaram que, nas conversas, os executivos usam as iniciais JW como uma das maneiras para se referir a Wagner.

‘Que ótimo, como foi na Funcef, o nosso JW me perguntou. Bjs.’ O emissário da mensagem escreve de um número não identificado pelos investigadores. A resposta, cerca de três minutos depois, partiu de um número da OAS a Pinheiro: ‘Ótimo. Foi aprovado para contratação do avaliador, de noite. Agora, precisaremos de JW, na aprovação final. Bjo’.

As conversas são de julho de 2013. Quatro meses depois, em novembro do mesmo ano, a diretoria executiva da Funcef aprovou a compra de cotas de até R\$ 500 milhões em um fundo da OAS o FIP OAS Empreendimentos. A Funcef confirma ter feito um aporte de R\$ 200 milhões, com participação de 11,76% no FIP. Na ocasião, além da análise interna, a Funcef contratou a consultoria Deloitte para fazer uma avaliação econômico financeira da OAS, o que serviu para determinar o valor do investimento.

Um ano antes, as mensagens já mostravam conversas sobre ‘fundos’ entre o ministro e o empreiteiro. Em novembro de 2012, Léo Pinheiro enviou mensagem direta para celular identificado como de Wagner na qual fala sobre ‘demanda vinda dos Fundos’, sem identificação sobre que situação específica era tratada. ‘Governador, Desculpe a ‘invasão’. Na semana passada houve uma demanda vinda dos Fundos, que o Bernardo Figueiredo estaria falando para algumas pessoas sobre nossa relação com os Fundos. Queria saber se nosso amigo de ontem sabia de algo. Ele nunca tinha ouvido nada. Tive com o Bernardo e o problema era o Trem Bala. Que foi esclarecido. Obrigado pela hospitalidade. Abs.’, escreveu Pinheiro a Wagner. Por mensagem, o governador respondeu: ‘Você é sempre bem vindo JW’”.

Diante de todo o exposto, de forma a bem realizar os trabalhos desta Comissão, solicitamos o compartilhamento das informações citadas neste Requerimento, imprescindíveis para a realização de uma adequada investigação acerca dos fatos em tela.

Sala da Comissão, em            de            de 2016.

Paulo Azi  
Deputado Federal  
Democratas/BA